

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CNPJ 60.872.504/0001-23

Companhia Aberta

NIRE 35300010230

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 27 DE ABRIL DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: Em 27.04.2021, às 11h10, realizada exclusivamente em ambiente digital e remoto, por videoconferência, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 481/2009.

MESA: Leila Cristiane Barboza Braga de Melo – Presidente; Maira Blini de Carvalho – Secretária.

QUORUM: Acionistas representando 91,96% das ações ordinárias e 31,65% das ações preferenciais do capital da Companhia.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO: Publicado no Jornal “O Estado de S. Paulo”, em 29.03.2021 (p. B5), 30.03.2021 (p. B8) e 31.03.2021 (p. B7), e no “Diário Oficial do Estado de São Paulo – Caderno Empresarial”, em 30.03.2021 (p. 88), 31.03.2021 (p. 104) e 1º.04.2021 (p. 131).

AVISO AOS ACIONISTAS: Dispensada a publicação conforme faculta o art. 133, § 5º, da Lei 6.404/76.

VOTO A DISTÂNCIA: Divulgado o mapa de votação sintético consolidando os votos proferidos a distância, o qual foi disponibilizado aos acionistas.

DELIBERAÇÕES TOMADAS:

1. Informado aos acionistas que a ata será lavrada na forma sumária.
2. Aprovada a publicação da ata com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do art. 130, §2º, da Lei 6.404/76, e autorizada, também, a dispensa da leitura do “Mapa de Votação Consolidado” e dos documentos referentes à pauta por terem sido amplamente divulgados e disponibilizados aos acionistas e ao mercado.
3. Alterados os itens 9.1, 9.3 e 10.3 do Estatuto social para simplificar a composição da Diretoria, deixando de existir os cargos de Diretor Geral, de Diretor Vice-Presidente e de Diretor Executivo, mantendo apenas os cargos de Diretor Presidente e de Diretor.
4. Alterado o item 9.2 do Estatuto Social com a finalidade de prever a competência pelo Conselho de Administração em definir os Diretores que, além do Diretor Presidente, irão compor o Comitê Executivo, órgão executivo de instância máxima na Companhia.

5. Alterados o artigo 10 e o item 10.1 do Estatuto Social para definir a nova regra de representação, que passará a ser realizada por dois diretores em conjunto, sendo que quando o valor envolvido na transação superar R\$ 500 milhões, pelo menos um dos dois diretores deverá ser, obrigatoriamente, o Diretor Presidente ou um Diretor membro do Comitê Executivo.

6. Consolidado o Estatuto Social, a fim de consignar as alterações aprovadas nos itens precedentes, que passará a vigorar conforme rubricado pela Mesa, após a homologação das deliberações desta Assembleia pelo Banco Central do Brasil.

VOTOS A DISTÂNCIA: Registrado o recebimento de 75 boletins de voto a distância, no período compreendido entre 29.03 a 23.04.2021, que foram devidamente computados e estão consolidados no Mapa Final de Votação.

QUORUM DAS DELIBERAÇÕES: As deliberações foram tomadas por maioria de votos, conforme consta no Mapa Final de Votação anexo à ata e que detalha os percentuais de aprovação, rejeição e abstenção de cada matéria deliberada na Assembleia.

DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA SEDE: Arquivada na sede e autenticada pela Mesa da Assembleia, a Proposta do Conselho de Administração disponibilizada em 27.03.2020, Mapas de Votação e os Votos apresentados por acionistas da Companhia.

ENCERRAMENTO: Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 27 de abril de 2021. (aa) Leila Cristiane Barboza Braga de Melo – Presidente; Maira Blini de Carvalho – Secretária.

RENATO LULIA JACOB

Diretor de Relações com Investidores e Inteligência de Mercado

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CNPJ 60.872.504/0001-23

Companhia Aberta

NIRE 35300010230

Capital Autorizado: até 13.176.900.000 ações
Capital Subscrito e Realizado: R\$ 97.148.000.000,00 – 9.804.135.348 ações

ESTATUTO SOCIAL

Art. 1º – DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE – A sociedade anônima aberta regida por este estatuto, sob a denominação de **ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.**, tem prazo indeterminado de duração e sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º – OBJETO – A sociedade tem por objeto a atividade bancária em todas as modalidades autorizadas, inclusive a de operações de câmbio.

Art. 3º – CAPITAL E AÇÕES – O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 97.148.000.000,00 (noventa e sete bilhões, cento e quarenta e oito milhões de reais), representado por 9.804.135.348 (nove bilhões, oitocentos e quatro milhões, cento e trinta e cinco mil, trezentas e quarenta e oito) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 4.958.290.359 (quatro bilhões, novecentos e cinquenta e oito milhões, duzentas e noventa mil, trezentas e cinquenta e nove) ordinárias e 4.845.844.989 (quatro bilhões, oitocentos e quarenta e cinco milhões, oitocentas e quarenta e quatro mil, novecentas e oitenta e nove) preferenciais, estas sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens: I - prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,022 por ação, não cumulativo, que será ajustado em caso de desdobramento ou grupamento; II - direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

- 3.1. **Capital Autorizado** – A sociedade está autorizada a aumentar o capital social, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 13.176.900.000 (treze bilhões, cento e setenta e seis milhões e novecentas mil) ações, sendo 6.588.450.000 (seis bilhões, quinhentos e oitenta e oito milhões, quatrocentas e cinquenta mil) ações ordinárias e 6.588.450.000 (seis bilhões, quinhentos e oitenta e oito milhões, quatrocentas e cinquenta mil) ações preferenciais. As emissões para venda em Bolsas de Valores, subscrição pública e permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, poderão ser efetuadas sem a observância do direito de preferência dos antigos acionistas (artigo 172 da Lei nº 6.404/76).
- 3.2. **Opção de Compra de Ações** – Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, poderão ser outorgadas opções de compra de ações a administradores e empregados da própria sociedade e de sociedades controladas.

- 3.3. Ações Escriturais – Sem qualquer alteração nos direitos e restrições que lhes são inerentes, nos termos deste artigo, todas as ações da sociedade serão escriturais, permanecendo em contas de depósito na Itaú Corretora de Valores S.A., em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei nº 6.404/76, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do artigo 35 da já mencionada lei.
- 3.4. Aquisição das Próprias Ações – A sociedade poderá adquirir as próprias ações, mediante autorização do Conselho de Administração, a fim de cancelá-las, mantê-las em tesouraria para posterior alienação ou utilizá-las no âmbito do Plano para Outorga de Opções de Ações ou do Plano de Outorga de Ações.
- 3.5. Aquisição do Direito de Voto pelas Ações Preferenciais – As ações preferenciais adquirirão o exercício do direito de voto, nos termos do artigo 111, § 1º, da Lei nº 6.404/76, se a sociedade deixar de pagar o dividendo prioritário por três exercícios consecutivos.

Art. 4º – ASSEMBLEIA GERAL – A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, para os fins previstos em lei, e extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem.

- 4.1. Os trabalhos de qualquer Assembleia Geral serão presididos por um administrador indicado pela Assembleia e secretariados por um acionista por ele designado.
- 4.2. A cada ação ordinária compete um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.
- 4.3. São de competência privativa da Assembleia Geral:
- a) deliberação sobre as demonstrações contábeis e sobre a distribuição e aplicação dos lucros;
 - b) deliberação sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
 - c) fixação da remuneração global e anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
 - d) nomeação, eleição e destituição dos membros do Conselho de Administração;
 - e) aprovação de alterações do capital, ressalvada a competência atribuída ao Conselho de Administração pelo item 3.1 acima, de fusão, incorporação, cisão ou de quaisquer outras formas de reorganização societária envolvendo a sociedade;
 - f) deliberação sobre a retenção de lucros ou a constituição de reservas; e
 - g) deliberação sobre Planos para Outorga de Opções de Ações ou Planos de Outorga de Ações de emissão da sociedade ou de suas controladas.

Art. 5º – ADMINISTRAÇÃO – A sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. O Conselho de Administração terá, na forma prevista em lei e neste estatuto, atribuições orientadoras, eletivas e fiscalizadoras, as quais não abrangem funções operacionais ou executivas, que serão de competência da Diretoria.

- 5.1. Investidura – Os Conselheiros e Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termos de posse no livro de atas do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso, condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos administradores, nos termos do disposto no Regulamento do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).
- 5.2. Proventos dos Administradores – Os administradores perceberão remuneração e participação nos lucros, observados os limites legais. Para o pagamento da remuneração a Assembleia Geral fixará verba global e anual. Competirá ao Conselho de Administração regulamentar a utilização da verba remuneratória e o rateio da participação para os membros desse Conselho e da Diretoria.
- 5.3. Defesa dos administradores Em complemento ao seguro de responsabilidade civil, a sociedade poderá celebrar compromisso de indenidade em favor de seus administradores ou de administradores de suas controladas, de forma a garantir o pagamento de despesas em virtude de reclamações, inquéritos, investigações, procedimentos e processos arbitrais, administrativos ou judiciais, no Brasil ou em qualquer outra jurisdição, a fim de resguardá-los da responsabilização por atos praticados no exercício regular de gestão, assim considerados aqueles realizados de forma diligente, de boa-fé, visando ao interesse da sociedade e em cumprimento aos deveres fiduciários dos administradores. O pagamento de despesas no âmbito de compromisso de indenidade deverá ser submetido à governança própria de aprovação a fim de garantir a independência do processo decisório e afastar qualquer possibilidade de conflito de interesses.
- 5.3.1. O benefício descrito no item 5.3 poderá se estender a funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na sociedade ou em suas controladas e àqueles que formalmente sejam indicados pela sociedade para exercer cargos de administração em outras entidades.

Art. 6º – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – O Conselho de Administração será composto por pessoas naturais, eleitas pela Assembleia Geral, e terá 1 (um) Presidente ou 2 (dois) Copresidentes e poderá ter até 3 (três) Vice-Presidentes escolhidos pelos conselheiros entre os seus pares.

- 6.1. Os cargos de Presidente ou de Copresidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou de principal executivo da sociedade não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.
- 6.2. O Conselho de Administração terá no mínimo 10 (dez) e no máximo 14 (catorze) membros. Dentro desses limites, caberá à Assembleia Geral que processar a eleição do Conselho de Administração fixar preliminarmente o número de conselheiros que comporão esse colegiado durante cada mandato, sendo certo que pelo menos a maioria deverá ser de membros não executivos e no mínimo um terço deverá ser de membros independentes, conforme conceitos definidos na Política de Governança Corporativa da sociedade.

- 6.3. Os Copresidentes terão idênticas prerrogativas e atribuições e atuarão conjuntamente na presidência do Conselho de Administração.
- 6.4. Ocorrendo a vaga ou impedimento definitivo: (a) de um dos Copresidentes, o Copresidente remanescente assumirá automaticamente o cargo de Presidente do Conselho de Administração; e (b) do Presidente ou dos 2 (dois) Copresidentes, o Conselho de Administração deliberará a indicação de um de seus membros para o cargo de Presidente do Conselho de Administração.
- 6.4.1. Em caso de ausência ou impedimento temporário: (a) de um Copresidente, o Copresidente remanescente assumirá interinamente todas as atribuições do cargo; e (b) do Presidente ou dos 2 (dois) Copresidentes, o Conselho de Administração indicará o substituto interino, dentre seus membros.
- 6.5. O mandato unificado dos membros do Conselho de Administração é de 1 (um) ano, a contar da data da Assembleia que os eleger, prorrogando-se até a posse de seus substitutos.
- 6.6. Não poderá ser eleito conselheiro quem já tiver completado 70 (setenta) anos na data da eleição.
- 6.7. O Conselho de Administração, convocado pelo Presidente ou por qualquer um dos Copresidentes, reunir-se-á, ordinariamente, 8 (oito) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem, deliberando validamente com a presença, no mínimo, da maioria absoluta de seus membros em exercício.
- 6.7.1. Será permitida a participação dos Conselheiros nas reuniões por telefone, videoconferência, telepresença, *e-mail* ou qualquer outro meio de comunicação. O Conselheiro, nessa hipótese, será considerado presente à reunião para verificação do “quórum” de instalação e de votação, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais.
- 6.8. Compete ao Conselho de Administração:
- I. fixar a orientação geral dos negócios da sociedade;
 - II. eleger e destituir os diretores da sociedade e fixar-lhes as atribuições;
 - III. indicar diretores para compor as Diretorias das sociedades controladas que especificar;
 - IV. fiscalizar a gestão dos diretores da sociedade, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
 - V. convocar a Assembleia Geral, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias à data de sua realização, contado esse prazo a partir da publicação da primeira convocação;

- VI. manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações contábeis de cada exercício a serem submetidas à Assembleia Geral;
- VII. deliberar sobre orçamentos de resultados e de investimentos e respectivos planos de ação;
- VIII. designar e destituir os auditores independentes, sem prejuízo do disposto no artigo 7º;
- IX. deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários, inclusive à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral;
- X. deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio;
- XI. deliberar sobre a aquisição das próprias ações, em caráter não permanente, para permanência em tesouraria, bem como deliberar sobre seu cancelamento ou alienação;
- XII. deliberar sobre aquisição e lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de própria emissão, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação, observada a Instrução CVM nº 567, de 17.9.15, e modificações posteriores;
- XIII. deliberar sobre a instituição de comitês para tratar de assuntos específicos no âmbito do Conselho de Administração;
- XIV. eleger e destituir os membros do Comitê de Auditoria e do Comitê de Remuneração;
- XV. aprovar as regras operacionais que os Comitês de Auditoria e de Remuneração vierem a estabelecer para os seus próprios funcionamentos e tomar ciência das atividades dos Comitês através de seus relatórios;
- XVI. avaliar e divulgar anualmente quem são os conselheiros independentes, bem como analisar quaisquer circunstâncias que possam comprometer sua independência;
- XVII. aprovar investimentos e desinvestimentos diretos ou indiretos em participações societárias de valor superior a 15% (quinze por cento) do valor patrimonial da sociedade apurado no último balanço patrimonial auditado;
- XVIII. manifestar-se em relação a ofertas públicas tendo por objeto ações ou outros valores mobiliários de emissão da sociedade;
- XIX. deliberar, no limite do capital autorizado, sobre aumento de capital e emissão de títulos de crédito e demais instrumentos conversíveis em ações, observando-se as disposições do item 3.1.; e
- XX. analisar as transações com partes relacionadas conforme os critérios de materialidade previstos em política própria, por si ou por um de seus Comitês, sendo certo que nesse último caso, deverá haver reporte ao Conselho de Administração.

Art. 7º – COMITÊ DE AUDITORIA – A supervisão (i) dos processos de controles internos e de administração de riscos; (ii) das atividades da auditoria interna; e (iii) das atividades das empresas de auditoria independente será exercida pelo Comitê de Auditoria, a quem caberá,

também, recomendar ao Conselho de Administração a escolha e a destituição dos auditores independentes.

7.1. O Comitê de Auditoria será constituído de 3 (três) a 7 (sete) membros, eleitos pelo Conselho de Administração entre os membros desse próprio Conselho ou profissionais de reconhecida competência e notável saber, observado que um dos membros desse Comitê, no mínimo, será designado Especialista Financeiro e deverá possuir comprovado conhecimento nas áreas de contabilidade e auditoria.

7.1.1. São condições básicas para o exercício de cargo no Comitê de Auditoria:

- a) não ser, ou ter sido, nos últimos (12) doze meses: (i) diretor da sociedade ou de suas ligadas; (ii) funcionário da sociedade ou de suas ligadas; (iii) responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na sociedade ou nas suas ligadas; (iv) membro do Conselho Fiscal da sociedade ou de suas ligadas; (v) controlador da sociedade ou de suas ligadas; ou (vi) pessoa física detentora de participação direta ou indireta superior a dez por cento do capital social votante da sociedade ou de suas ligadas;
- b) não ser cônjuge, ou parente em linha reta, em linha colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas referidas na alínea “a”.

7.1.2. O Conselho de Administração terminará o mandato de qualquer integrante do Comitê de Auditoria se a sua independência tiver sido afetada por qualquer circunstância de conflito ou potencialmente conflituosa;

7.1.3. Os membros do Comitê de Auditoria terão mandato máximo de cinco anos e somente poderão voltar a integrá-lo após decorridos, no mínimo, três anos do término da última recondução permitida;

7.1.4. Até um terço dos membros do Comitê de Auditoria poderá ser reconduzido a tal órgão para mandato consecutivo único, dispensado o intervalo previsto no item 7.1.3;

7.1.5. Os membros do Comitê de Auditoria permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

7.2. O Comitê de Auditoria reunir-se-á por convocação do Presidente e deverá zelar: I) pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis; II) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares vigentes; III) pela atuação, independência e qualidade do trabalho das empresas de auditoria independente e da auditoria interna; e IV) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

7.3. O Conselho de Administração definirá a verba destinada à remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, observados os parâmetros de mercado, bem como o orçamento

destinado a cobrir as despesas para o seu funcionamento, incluindo a contratação de especialistas para auxílio no cumprimento de suas atribuições.

7.3.1. O membro do Comitê de Auditoria não receberá nenhum outro tipo de remuneração da sociedade ou de suas ligadas que não seja aquela relativa à sua função de integrante do Comitê de Auditoria, exceto naqueles casos em que o membro do Comitê de Auditoria seja também membro do Conselho de Administração e opte por receber sua remuneração pelas funções desempenhadas neste órgão.

7.4. O Comitê de Auditoria deverá elaborar, ao final de cada exercício social, relatório sobre o acompanhamento das atividades relacionadas com as auditorias independente e interna e com o Sistema de Controles Internos e de Administração de Riscos, encaminhando cópia ao Conselho de Administração e mantendo-o à disposição do Banco Central do Brasil e da Superintendência de Seguros Privados, pelo prazo mínimo de cinco anos. Nos mesmos termos, será elaborado relatório semestral, ao final do primeiro semestre de cada exercício social.

7.4.1. O resumo do relatório do Comitê de Auditoria, evidenciando as principais informações, será publicado em conjunto com as demonstrações contábeis.

Art. 8º – COMITÊ DE REMUNERAÇÃO – O cumprimento das atribuições e responsabilidades relacionadas à política de remuneração dos administradores da sociedade competirá ao Comitê de Remuneração, o qual se reportará diretamente ao Conselho de Administração.

8.1. O Comitê de Remuneração será constituído de 3 (três) a 10 (dez) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um dos membros indicado para o cargo de Presidente.

8.1.1. O Comitê de Remuneração deverá ter, em sua composição (i) profissionais com as qualificações e a experiência necessárias ao exercício de julgamento competente e independente sobre a política de remuneração da Companhia, inclusive sobre as repercussões na gestão de riscos, e (ii) pelo menos um membro não administrador;

8.1.2. O mandato dos membros do Comitê de Remuneração será de 1 (um) ano, a contar da data da Reunião do Conselho de Administração que os elegeu, prorrogando-se até a posse de seus substitutos;

8.1.3. Os membros do Comitê de Remuneração poderão ser reconduzidos ao cargo, sendo vedada, contudo, a permanência de membro no Comitê de Remuneração por prazo superior a 10 (dez) anos. Cumprido tal prazo, o membro somente poderá integrar novamente o Comitê após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos.

8.2. Compete ao Comitê de Remuneração:

- I. elaborar a política de remuneração de administradores da sociedade, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento;
 - II. supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da sociedade;
 - III. revisar anualmente a política de remuneração de administradores da sociedade, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento;
 - IV. propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral;
 - V. avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores;
 - VI. analisar a política de remuneração de administradores da sociedade em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; e
 - VII. zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da sociedade e com o disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.921/2010.
- 8.3. O Conselho de Administração poderá atribuir ao Comitê de Remuneração competências adicionais às previstas neste Estatuto Social.
- 8.4. O Conselho de Administração definirá a verba destinada à remuneração dos membros do Comitê de Remuneração, observados os parâmetros de mercado, bem como o orçamento destinado a cobrir as despesas para o seu funcionamento.
- 8.5. O Comitê de Remuneração deverá elaborar, ao final de cada exercício social, relatório das atividades exercidas no âmbito de suas atribuições, encaminhando cópia ao Conselho de Administração e mantendo-o à disposição do Banco Central do Brasil, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

Art. 9º – DIRETORIA – A administração e a representação da sociedade competirão à Diretoria, eleita pelo Conselho de Administração.

- 9.1. A Diretoria terá de 5 (cinco) a 30 (trinta) membros, compreendendo os cargos de Diretor Presidente e Diretor;
- 9.2. O Conselho de Administração definirá, além do Diretor Presidente, os membros da Diretoria que irão compor o Comitê Executivo, órgão executivo de instância máxima na Sociedade;
- 9.3. Em caso de ausência ou impedimento de qualquer diretor, a Diretoria poderá escolher o substituto interino dentre seus membros. O Diretor Presidente será substituído, em suas

ausências ou impedimentos, por um Diretor membro do Comitê Executivo por ele indicado;

- 9.4. Vagando qualquer cargo, o Conselho de Administração poderá designar um diretor substituto para completar o mandato do substituído;
- 9.5. Os diretores exercerão seus mandatos pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos, e permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos;
- 9.6. Não poderá ser eleito (i) para ocupar o cargo de Diretor Presidente, quem já tiver completado 62 (sessenta e dois) anos de idade na data da eleição; e (ii) para ocupar os demais cargos na Diretoria, quem já tiver completado 60 (sessenta) anos de idade na data da eleição.

Art. 10 – REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE, ATRIBUIÇÕES E PODERES DOS DIRETORES – A representação da Sociedade será realizada por dois diretores em conjunto, para: (i) assumir obrigações, exercendo direitos em qualquer ato, contrato ou documento que acarrete responsabilidade, inclusive prestando garantias a obrigações de terceiros; (ii) renunciar direitos, onerar e alienar bens do ativo permanente; e (iii) constituir procuradores para práticas de atos, sendo certo que quando o valor envolvido for superior a R\$ 500 milhões, pelo menos um dos dois diretores deverá ser, obrigatoriamente, o Diretor Presidente ou um Diretor membro do Comitê Executivo. A Sociedade será representada por dois diretores em conjunto para decidir sobre instalação, extinção e remanejamento de dependências.

10.1. Nas hipóteses do “caput”, à exceção do disposto no item “(iii)”, a representação da sociedade também poderá ser feita, conjuntamente, (i) por um diretor e um procurador, ou (ii) por dois procuradores.

10.1.1. Excepcionalmente, a Sociedade poderá ser representada por apenas um procurador: (i) perante qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, nos atos que não impliquem na assunção ou renúncia de direitos e obrigações; (ii) nos mandatos com cláusula “ad judícia”; e (iii) em assembleias gerais, reuniões de acionistas ou cotistas de empresas ou fundos de investimento nos quais a sociedade participe. Nas hipóteses dos itens (i) e (iii) a Sociedade também poderá ser representada por apenas um diretor;

10.1.2. O Conselho de Administração poderá prever ou instituir exceções adicionais às previstas no subitem 10.1.1;

10.1.3. Os mandatos, exceto os judiciais, terão obrigatoriamente prazo de validade não superior a um ano.

10.2. Compete ao Diretor Presidente convocar e presidir as reuniões da Diretoria, supervisionar a atuação desta, estruturar os serviços da sociedade e estabelecer as normas internas e operacionais.

10.3. Aos Diretores competem as atividades que lhes sejam atribuídas pelo Conselho de Administração.

Art. 11 – CONSELHO FISCAL – A sociedade terá um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. A eleição e o funcionamento do Conselho Fiscal atenderão aos preceitos dos artigos 161 a 165 da Lei nº 6.404/76.

Art. 12 – EXERCÍCIO SOCIAL – O exercício social se encerrará em 31 de dezembro de cada ano. Serão levantados balanços semestrais e, facultativamente, balanços intermediários em qualquer data, inclusive para pagamento de dividendos, observadas as prescrições legais.

Art. 13 – DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO – Juntamente com as demonstrações contábeis, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, observados os preceitos dos artigos 186 e 191 a 199 da Lei nº 6.404/76 e as disposições seguintes:

13.1. Antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

13.2. Será especificada a importância destinada a dividendos aos acionistas, atendendo ao disposto no artigo 14 e às seguintes normas:

- a) às ações preferenciais será atribuído o dividendo prioritário mínimo anual (artigo 3º, inciso I);
- b) a importância do dividendo obrigatório que remanescer após o dividendo de que trata a alínea anterior será aplicada, em primeiro lugar, no pagamento às ações ordinárias de dividendo igual ao prioritário das ações preferenciais; e
- c) as ações de ambas as espécies participarão dos lucros distribuídos em igualdade de condições depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao mínimo das preferenciais.

13.3. O saldo terá o destino que for proposto pelo Conselho de Administração, inclusive para a formação da reserva de que trata o artigo 15, "ad referendum" da Assembleia Geral.

Art. 14 – DIVIDENDO OBRIGATÓRIO – Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.

14.1. A parte do dividendo obrigatório que tiver sido paga antecipadamente mediante dividendos intermediários à conta da Reserva Estatutária de Lucros será creditada à mesma reserva.

14.2. Por deliberação do Conselho de Administração poderão ser pagos juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, com base no artigo 9º, § 7º, da Lei nº 9.249/95.

Art. 15 – RESERVAS ESTATUTÁRIAS – Por proposta do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá deliberar a formação de Reserva Estatutária de Lucros, que será limitada a 100% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio (item 14.2), ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, podendo seu saldo também ser utilizado: (i) nas operações de resgate, reembolso ou aquisição das próprias ações, nos termos da legislação em vigor; e (ii) na incorporação ao capital social, inclusive mediante bonificações em novas ações.

15.1. A Reserva será formada com recursos:

- a) equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, sempre respeitado o direito dos acionistas ao recebimento de dividendos obrigatórios, nos termos deste estatuto e da lei;
- b) equivalentes a até 100% da parcela realizada de Reservas de Reavaliação, lançada a lucros acumulados;
- c) equivalentes a até 100% do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados; e
- d) decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos (item 14.1).

15.2. O saldo dessa reserva, somado ao da Reserva Legal, não poderá ultrapassar o capital social, nos termos do art. 199 da Lei nº 6.404/76.

15.3. A reserva discriminará em subcontas distintas, segundo os exercícios de formação, os lucros destinados a sua constituição e o Conselho de Administração especificará os lucros utilizados na distribuição de dividendos intermediários, que poderão ser debitados em diferentes subcontas, em função da natureza dos acionistas.

Art. 16 – PARTES BENEFICIÁRIAS – É vedada a emissão, pela sociedade, de partes beneficiárias.

Art. 17 – SEGMENTO DE LISTAGEM – Com a admissão da sociedade no segmento especial de listagem denominado Nível 1 de Governança Corporativa da B3, sujeitam-se a sociedade, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 (“Regulamento do Nível 1”).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CNPJ. 60.872.504/0001-23

Companhia Aberta

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**Mapa sintético final de votação**

Nos termos da Instrução CVM nº 481/09, **Itaú Unibanco Holding S.A.** ("Companhia") divulga o mapa final de votação relativo à consolidação das instruções de votos proferidas a distância e as instruções de votos proferidas exclusivamente de modo digital para cada item constante do boletim de voto, nas matérias submetidas à deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2021, às 11h10, de modo exclusivamente digital:

Item	Descrição - Pauta Extraordinária	Candidato	Voto	Quantidade de Ações	% sobre o total de votos
1	Alterar o Estatuto Social para simplificar a composição da Diretoria, que passará a ter apenas os cargos de Diretor Presidente e Diretor (itens 9.1, 9.3 e 10.3):		Aprovar	4.569.233.249	99,99713
			Rejeitar	-	-
			Abster-se	131.300	0,00287
2	Alterar o Estatuto Social para prever a existência do Comitê Executivo, órgão executivo de instância máxima na Sociedade, a ser definido pelo Conselho de Administração (item 9.2):		Aprovar	4.569.212.009	99,99666
			Rejeitar	-	-
			Abster-se	152.540	0,00334
3	Alterar o Estatuto Social para alterar a forma de representação da Sociedade, que passará a ser realizada por dois diretores em conjunto, sendo que quando o valor envolvido na transação superar R\$ 500 milhões, pelo menos um dos dois diretores deverá ser, obrigatoriamente, o Diretor Presidente ou um Diretor membro do Comitê Executivo (art. 10 e item 10.1):		Aprovar	4.569.233.249	99,99713
			Rejeitar	-	-
			Abster-se	131.300	0,00287
4	Consolidar o Estatuto Social, com as alterações mencionadas nos itens precedentes e as consequentes adequações redacionais necessárias:		Aprovar	4.569.232.009	99,99710
			Rejeitar	1.240	0,00003
			Abster-se	131.300	0,00287

São Paulo-SP, 27 de abril de 2021.

RENATO LULIA JACOB
Diretor de Relações com Investidores e Inteligência de Mercado

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Mapa sintético final analítico de votação

Nos termos da Instrução CVM nº 481/09, divulga o mapa final de votação detalhado que consolida os votos proferidos a distância e os votos proferidos exclusivamente de modo digital nas matérias submetidas à deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2021, às 11h10, de modo exclusivamente digital, do Itaú Unibanco Holding S.A., Companhia Aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Itaú Unibanco, Parque Jabaquara, CEP 04344-902, contendo os 5 primeiros números da inscrição do acionista no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, a posição acionária e os votos proferidos:

CPF/CNPJ	Saldo Ações Ordinárias	Saldo Ações Preferenciais	Deliberações			
			1	2	3	4
14.074.XXX/XXXX-XX	14.700	0	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
10.750.XXX/XXXX-XX	124.800	0	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
13.066.XXX/XXXX-XX	665.693	0	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
10.762.XXX/XXXX-XX	11.369	102.904	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
10.916.XXX/XXXX-XX	706.517	3.614.211	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
11.311.XXX/XXXX-XX	294.489	3.115.919	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
12.094.XXX/XXXX-XX	106.600	1.056.115	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
14.494.XXX/XXXX-XX	12.100	129.467	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
14.541.XXX/XXXX-XX	289.500	2.948.638	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
14.623.XXX/XXXX-XX	56.500	0	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
18.407.XXX/XXXX-XX	1.110.246	10.466.085	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
18.830.XXX/XXXX-XX	22.600	248.423	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
20.196.XXX/XXXX-XX	236.200	2.434.366	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
23.572.XXX/XXXX-XX	23.200	267.100	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
26.311.XXX/XXXX-XX	19.700	89.850	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
28.394.XXX/XXXX-XX	22.500	126.000	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
28.360.XXX/XXXX-XX	628	5.948	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
21.242.XXX/XXXX-XX	20.600	0	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
23.794.XXX/XXXX-XX	207.300	504.707	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
24.917.XXX/XXXX-XX	4.546	29.334	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
25.454.XXX/XXXX-XX	816.200	0	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
28.990.XXX/XXXX-XX	124.800	1.332.400	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
29.322.XXX/XXXX-XX	3.800.912	47.431.233	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
31.240.XXX/XXXX-XX	80.500	362.178	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
32.106.XXX/XXXX-XX	8.500	53.424	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
32.329.XXX/XXXX-XX	267.573	2.480.575	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
35.693.XXX/XXXX-XX	1.588.500	20.602.500	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
37.113.XXX/XXXX-XX	7.300	76.400	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
34.825.XXX/XXXX-XX	2.183	22.882	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
41.199.XXX/XXXX-XX	200	4.100	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
41.222.XXX/XXXX-XX	17.900	143.500	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
37.806.XXX/XXXX-XX	1.955	12.828	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
05.838.XXX/XXXX-XX	16.938	208.365	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
05.839.XXX/XXXX-XX	491.800	4.778.313	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
05.839.XXX/XXXX-XX	1.260.700	8.489.913	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
61.532.XXX/XXXX-XX	1.943.906.577	169.323	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
04.676.XXX/XXXX-XX	2.564.084.404	0	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
05.479.XXX/XXXX-XX	985.400	10.380.165	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
05.479.XXX/XXXX-XX	1.397.656	17.317.285	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
05.839.XXX/XXXX-XX	32.000	1.823.712	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
61.544.XXX/XXXX-XX	8.863.879	10.254	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
52.041.XXX/XXXX-XX	14.150.965	0	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
07.140.XXX/XXXX-XX	3.795	27.144	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
07.516.XXX/XXXX-XX	33.089	342.513	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
07.496.XXX/XXXX-XX	917.911	6.304.438	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
05.479.XXX/XXXX-XX	7.978	57.417	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
05.840.XXX/XXXX-XX	162.403	1.662.100	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
08.265.XXX/XXXX-XX	14.681	161.474	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
08.297.XXX/XXXX-XX	4.300	0	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
08.731.XXX/XXXX-XX	8.151	52.380	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
11.100.XXX/XXXX-XX	507.480	0	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
11.324.XXX/XXXX-XX	6.100	176.639	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
09.063.XXX/XXXX-XX	511.000	5.480.575	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
12.120.XXX/XXXX-XX	51.600	485.736	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
13.834.XXX/XXXX-XX	93.400	0	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
17.718.XXX/XXXX-XX	474.842	5.119.748	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
07.247.XXX/XXXX-XX	86.117	644.368	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
07.506.XXX/XXXX-XX	35.062	5.405.285	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
09.559.XXX/XXXX-XX	83.244	1.454.883	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
97.539.XXX/XXXX-XX	102.052	898.463	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
97.539.XXX/XXXX-XX	51.826	557.086	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
97.540.XXX/XXXX-XX	405.095	59.838.189	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
09.294.XXX/XXXX-XX	185.700	1.813.179	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
26.160.XXX/XXXX-XX	24.400	888.050	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
09.470.XXX/XXXX-XX	72.700	347.550	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
31.577.XXX/XXXX-XX	3.400	35.600	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
33.580.XXX/XXXX-XX	45.000	583.426	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
35.036.XXX/XXXX-XX	10.500	0	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
39.332.XXX/XXXX-XX	89.961	16.719	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
41.167.XXX/XXXX-XX	24.400	258.394	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
59.573.XXX/XXXX-XX	12.266.374	1.503.043	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
60.480.XXX/XXXX-XX	7.000.000	3.392.300	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
07.140.XXX/XXXX-XX	10.345	114.015	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
97.539.XXX/XXXX-XX	58.773	8.616.005	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
298.25X.XXX-XX	2.400	0	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
008.48X.XXX-XX	20.000	0	Ap.	Abs.	Ap.	Ap.
386.78X.XXX-XX	1.240	0	Ap.	Abs.	Ap.	Rej.
408.69X.XXX-XX	1.300	0	Ap.	Ap.	Ap.	Ap.
28.580.XXX/XXXX-XX	72.700	695.346	Abs.	Abs.	Abs.	Abs.
09.225.XXX/XXXX-XX	58.600	0	Abs.	Abs.	Abs.	Abs.

Deliberações:

Pauta Extraordinária

1) Alterar o Estatuto Social para simplificar a composição da Diretoria, que passará a ter apenas os cargos de Diretor Presidente e Diretor (itens 9.1, 9.3 e 10.3):

2) Alterar o Estatuto Social para prever a existência do Comitê Executivo, órgão executivo de instância máxima na Sociedade, a ser definido pelo Conselho de Administração (item 9.2):

3) Alterar o Estatuto Social para alterar a forma de representação da Sociedade, que passará a ser realizada por dois diretores em conjunto, sendo que quando o valor envolvido na transação superar R\$ 500 milhões, pelo menos um dos dois diretores deverá ser, obrigatoriamente, o Diretor Presidente ou um Diretor membro do Comitê Executivo (art. 10 e item 10.1):

4) Consolidar o Estatuto Social, com as alterações mencionadas nos itens precedentes e as consequentes adequações redacionais necessárias:

Legenda:

Ap. = Aprovar

Rej. = Rejeitar

Abs. = Abster

São Paulo-SP, 6 de maio de 2021.

RENATO LULIA JACOB
Diretor de Relações com Investidores e Inteligência de Mercado